



**Universidade de Brasília**

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

## **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A SUA INFLUÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

**Cleuslene Portugal dos Santos**

Professora-orientadora Dra Edileuza Fernandes da Silva  
Professora monitora-orientadora Mestre Marilene Pinheiro Marinho

Brasília (DF), Maio de 2013.

**Cleuslene Portugal dos Santos**

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A SUA INFLUÊNCIA NA  
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Dra. Edileuza Fernandes da Silva e da Professora monitora-orientadora Mestre Marilene Pinheiro Marinho..

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Cleuslene Portugal dos Santos**

### **AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A SUA INFLUÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

---

---

Dra. Edileuza Fernandes da Silva -  
FE/UFSC

(Professora-orientadora)

Profa. Mestre Maria Susley Pereira —  
EAPE/SEEDF

(Examinadora externa)

Brasília, Maio de 2013.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, que está sempre ao meu lado.

À minha família amada que não mediu esforços para me ajudar, mesmo diante de tantas adversidades, colaborando para mais uma conquista.

Às amigas de todas as horas Lanuza, Iris, Maristela e Mariléa, que me deram total apoio e sorriso (mesmo quando a vontade era chorar), incentivando-me a seguir em frente.

A toda equipe/família da E.C. 305 Sul, pela motivação e compreensão.

A todos os monitores, em especial, à Neide e Marilene, pela imensa contribuição e troca, que possibilitaram a realização deste trabalho.

Enfim, a todos, que de forma direta ou indireta, fizeram parte deste caminho, obrigada...

“As mudanças podem ser difíceis, mas são sempre necessárias, para fazermos uma avaliação do nosso próprio eu e redescobrirmos a vida!”

(Helciane Angélica Santos Pereira)

## RESUMO

A Avaliação Institucional é um instrumento criado para ajudar a escola a conhecer a sua realidade, no intuito de inovar as práticas nela existentes, sendo a somatória de todos os segmentos atinentes ao ambiente escolar. Entretanto, muitas vezes, é desconhecido o seu valor potencial que, se desenvolvido em bases sólidas, dará sentido ao seu papel dentro deste espaço, favorecendo, assim, a organização do trabalho pedagógico realizado pela instituição. Desse modo, o presente estudo teve como objetivo geral compreender como a avaliação institucional, desenvolvida pela escola, contribuiu na organização do seu trabalho pedagógico. Nesta perspectiva, a presente pesquisa apresenta dados relevantes sobre este nível avaliativo, de modo a conhecer a sua importância no processo de ensino-aprendizagem. Utilizando-se de questionários dirigidos a docentes, membros da coordenação e gestão atual, a pesquisa detecta opiniões pertinentes à condução dessa prática avaliativa na escola, gerando conhecimentos que favorecerão uma análise crítica deste nível avaliativo, objeto do estudo. Para a realização desta pesquisa foram utilizadas como referência uma bibliografia atual no qual se destacam Freitas, Villas Boas e Vianna por apresentarem em suas obras reflexões valiosas que possibilitaram aprofundar o conhecimento sobre o tema. Sintetizando o estudo, concluímos que a avaliação institucional é o caminho para auto-avaliação e novas perspectivas no campo escolar.

Palavras chave: Avaliação Institucional; inovar práticas; organização do trabalho pedagógico.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Em relação à avaliação institucional promovida pela IE.....	28
Gráfico 2 – Considera importante que a escola promova a sua Avaliação Institucional.....	28
Gráfico 3 – Com que frequência a escola realiza a sua Avaliação Institucional .....	31
Gráfico 4 – Segmentos que participaram da Avaliação Institucional da escola – ano 2012 .....	32
Gráfico 5 – Você teve acesso aos resultados da instituição? .....	33
Gráfico 6 – Percepção dos pais sobre o trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula .....	34
Gráfico 7 - Percepção dos pais sobre o conhecimento da proposta político-pedagógica .....	35
Gráfico 8 – Sobre a Avaliação Institucional e sua articulação com os demais níveis avaliativos ...	36
Gráfico 9 – resultados do IDEB da instituição pesquisada .....	36

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil dos participantes .....	26
Quadro 2 – A avaliação ocorre por meio de questionários .....	30
Quadro 3 – Percepção dos pais sobre o trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula .....	34
Quadro 4 – Percepção dos pais sobre o conhecimento da Proposta Político Pedagógica .....	35
Quadro 5 – Por que você considera essencial essa prática nas escolas?.....	45
Quadro 6 – Concorda que a Avaliação Institucional é um instrumento que deverá servir para nortear as ações da escola, principalmente, porque reflete o trabalho realizado .....	45
Quadro 7 – Qual o reflexo destes resultados na prática? .....	45



## SUMÁRIO

### LISTA DE GRÁFICOS

### LISTA DE QUADROS

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 – A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR .....	13
1.1 - AVALIAÇÃO .....	13
1.2 - NÍVEIS DE AVALIAÇÃO .....	15
1.2.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM .....	16
1.2.2 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA .....	17
1.2.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL .....	18
CAPÍTULO 2 – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	21
2.1 O TRABALHO PEDAGÓGICO .....	21
3 – METODOLOGIA .....	24
4 – RESULTADOS DA PESQUISA .....	27
4.1 CONHECENDO A ESCOLA .....	27
4.2 EXAMINANDO OS DADOS.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE	
ANEXOS	

## INTRODUÇÃO

A avaliação é uma prática intrínseca à condição humana, o que pode suscitar diferentes formas de concebê-la e interpretá-la.

Em se tratando da avaliação educacional, sabemos que ela vai além dos limites da escola, englobando várias dimensões (sistema, instituição, currículos, programas, etc.). Sua aplicação poderá desencadear ações de extrema importância para o ambiente escolar, principalmente por ser a escola um espaço de desafios cada vez mais complexos e que exigem constantes redirecionamentos.

Com isto, podemos considerar que, quando elaborada com precisão, a avaliação auxilia inclusive na construção ou consolidação da identidade escolar, dando voz aos diferentes atores que compõem este universo, e contribuindo efetivamente para a construção de ações coletivas que poderão favorecer o trabalho realizado na Instituição.

Segundo Vianna (2005, p. 9):

A avaliação educacional, atualmente, permeia diferentes segmentos da sociedade, fazendo que se ouçam referências à avaliação do rendimento, a avaliação do desempenho, avaliação de cursos, avaliação de instituições e outros tipos possíveis de avaliação. Isso reflete, na verdade, o desejo do autoconhecimento da sociedade para, desse modo, superar suas deficiências e limitações. Ao mesmo tempo, percebe-se que a implementação dessas várias formas de avaliação, necessárias no nosso contexto, e em qualquer outro, traduz uma preocupação com a qualidade da educação.

Em face disso, é importante que a escola, por meio da avaliação, conheça a sua realidade, identificando todas as fragilidades existentes, para que possam ser estabelecidas estratégias e incorporar novas práticas, visando melhores resultados para a educação.

Nessa perspectiva, a avaliação institucional assume papel relevante, possibilitando que toda a comunidade escolar, em alguma medida e de modo crescente, participe ativamente do processo educativo, influenciando tomadas de decisões administrativas e pedagógicas.

No entanto, faz-se preponderante averiguar como essa avaliação vem sendo praticada, pois de alguma forma ela ocorre, seja sistematicamente ou informalmente.

Essas informações poderão fornecer dados para o aperfeiçoamento da avaliação institucional no contexto escolar.

Nessa ótica, foi escolhida uma instituição pública de ensino do DF, para realização desse estudo e para melhor compreensão de como a avaliação institucional pode contribuir na organização do seu trabalho pedagógico.

Acredita-se que, um dos pontos que pode contribuir para a transformação do espaço escolar é a análise de sua avaliação institucional, observando a articulação com os demais níveis de avaliação (avaliação em larga escala e avaliação em sala de aula), assim como a interferência nas práticas avaliativas e na organização do trabalho pedagógico da instituição, visando à construção de uma escola mais democrática e participativa. Embora a escola não seja o único ou principal espaço para provocar a efetiva mudança social que permita avançar para a modernidade e realização humana, ela constitui um espaço que precisa ser assumido, ampliado, equipado, bem como melhor aproveitado e articulado com os diferentes segmentos que a compõem.

Dessa forma, torna-se possível promover intervenções eficazes que possam otimizar a funcionalidade e organização do trabalho pedagógico.

No entanto, antes de se fazer diferente, é preciso pensar diferente sobre o que se faz, conforme nos coloca Hoffmann (2011). Sendo assim, é importante ter a clareza de que a avaliação institucional somente terá significado se partir do compromisso de todos os atores envolvidos com o processo educativo.

Nesta perspectiva, podemos observar que:

A avaliação é um procedimento essencial no cotidiano de qualquer instituição educacional, pois fornece indicadores para reorientação da prática educacional, objetivando tornar coerentes as metas que se planeja, o que se ensina e o que se avalia. (DISTRITO FEDERAL, 2008 p.18)

Assim, em decorrência ao exposto, houve o interesse em pesquisar o tema “Avaliação Institucional e sua influência na organização do trabalho pedagógico”. O intuito aqui é o de possibilitar a análise reflexiva da Avaliação Institucional promovida pela escola, escolhida como instrumento de pesquisa, observando a sua articulação com os demais níveis de avaliação e a contribuição destes resultados na organização do seu trabalho pedagógico.

Alguns questionamentos foram levantados: como é realizada a Avaliação Institucional desta escola? Ela conta com a participação de todos os segmentos escolares? De que maneira os resultados obtidos nessa avaliação contribuem para a organização do seu trabalho pedagógico? Ela se articula com os demais níveis de avaliação?

Ao se conhecer o percurso desta avaliação, poder-se-á verificar se ela está sendo bem aproveitada no espaço escolar. O objetivo geral deste trabalho é compreender como a avaliação institucional desenvolvida por uma escola pública do DF contribui na organização do seu trabalho pedagógico.

Assim sendo, os objetivos específicos para o desenvolvimento deste trabalho foram:

1. Analisar a forma como a Avaliação Institucional desta escola é realizada;
2. Verificar como se dá a participação dos segmentos escolares na avaliação institucional;
3. Refletir sobre a contribuição da Avaliação Institucional na organização do trabalho pedagógico;
4. Identificar a articulação da Avaliação Institucional com os outros níveis da avaliação.

Considerando as proposições feitas e a tentativa de se conhecer mais a fundo a relevância deste nível avaliativo no âmbito escolar, é que se recorreu à leitura de teóricos diversos, cujas ideias fundamentais facilitaram a compreensão do trabalho apresentado e também a melhor assimilação por quem as analisasse.

Segundo Moroz e Gianfaldoni (2006, p.79) o uso de questionário, em trabalho de campo, apresenta a vantagem de ser utilizado por um número maior de pessoas em um mesmo tempo. Por isso a construção deste trabalho ocorreu por meio de questionário, aplicado às professoras, diretora, vice-diretora e coordenadora pedagógica, servindo, portanto, para uma análise mais detalhada das questões apresentadas. Também foram considerados os documentos (PPP, relatórios, atas, e demais registros) que a escola possui sobre sua avaliação institucional.

# CAPÍTULO 1 - A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

## 1. Avaliação

Compreendida como uma etapa importante do processo de ensino-aprendizagem, a avaliação é um instrumento diagnóstico que reflete o trabalho desenvolvido, servindo como *feedback* do aprendizado do aluno e de subsídio para as ações pedagógicas.

Villas Boas (2010, p. 29) considera que “a aprendizagem e a avaliação andam de mãos dadas – a avaliação sempre ajudando a aprendizagem”. Dessa forma, a avaliação, a partir do momento que assume seu papel formativo, torna-se norteadora da prática pedagógica, contribuindo, significativamente, para o enriquecimento do trabalho.

Entretanto, sabemos que esse é o grande desafio, pois somente ao revisarmos nossas práticas, é que teremos a possibilidade de trabalhar dentro dessa perspectiva. Isso implica, portanto, uma nova postura diante do processo avaliativo, a partir da mudança da visão tradicional sobre todos os modelos que já foram estabelecidos e que, comprovadamente, apenas serviram para reforçar as desigualdades dentro da escola. Por meio desses parâmetros, houve o privilégio da memorização, a seleção, a classificação e porque não dizer a sua utilização como meio de dominação.

De acordo com as informações extraídas dos autores Luckesi (2006) e Vianna (2005), observa-se que a avaliação ainda permanece atrelada somente ao rendimento escolar, apresentando, assim, pouca evolução em sua trajetória. Dessa maneira, tal lógica que, durante muito tempo, permeia a avaliação tem contribuído para que muitos equívocos ocorram, entre eles: a evasão escolar, que constitui uma experiência negativa e improdutiva em nosso sistema.

No Distrito Federal, a avaliação também já foi trabalhada dentro dessa concepção e atualmente tem estabelecido os seguintes princípios:

De acordo com os preceitos da LDB de 1996, com a publicação do Currículo da Educação Básica, das Diretrizes de Avaliação e do Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do DF, a avaliação passa a considerar o caráter diagnóstico, processual, contínuo e sistemático do processo, servindo como instrumento norteador do trabalho pedagógico de forma a reorientar

a prática educacional. Em decorrência dessas novas exigências, o processo de avaliação passa a focar na construção de diferentes práticas pedagógicas, mais democráticas e voltadas para a formação global do cidadão. (DISTRITO FEDERAL- SEEDF, 2008 p.14 e 15).

Contudo, vale ressaltar que, quando estes princípios chegam às escolas, observa-se que nem sempre são desenvolvidos em sua íntegra. Tal fato compromete a sua eficácia, uma vez que esbarram em obstáculos, como práticas enraizadas, que dificultam as inovações e a falta de preparo para lidar com as questões avaliativas.

Villas Boas (2010, p.106), a partir de uma pesquisa realizada no DF, no ano 2000, sobre avaliação nos cursos de formação de profissionais da educação no Distrito Federal, em que ela foi coordenadora da pesquisa, afirma que foi constatada a falta de preparo adequado às práticas avaliativas como um dos motivos que explicam a dificuldade em se promover mudanças na avaliação.

No que se refere à formação, observa-se que os cursos ofertados pouco contribuem para que o professor possa refletir e transformar a sua prática, considerando que muitos colegas apenas reproduzem o que um dia aprenderam na escola, mais até do que as teorias ensinadas nas faculdades ou cursos. A partir disso, ocorre dissociação entre o que se aprende na formação superior e o que se aplica em sala. Destaca-se aqui, que isso ocorre não por falta de iniciativa ou desejo, mas por influência negativa do contexto vicioso, tradicional e conservador existente na escola. Ainda nesse sentido, Hoffmann (2011, p.36) descreve que:

Uma prática avaliativa não irá mudar em nossas escolas em decorrência de leis, resoluções, decretos ou regimentos escolares, mas a partir do compromisso dos educadores com a realidade social que enfrentamos. Questionar os procedimentos avaliativos seletivos e excludentes de nossas escolas é uma das etapas desse compromisso.

Em suma, fica claro que a avaliação vai além de implantação de leis e que depende da capacidade do professor em avaliar, observando todos os aspectos relevantes e inerentes ao processo educativo. Por isso, a formação contribui consideravelmente para que o docente se adapte às novas demandas, desvendando os problemas e as necessidades do seu contexto.

Espera-se, sobretudo, que, a partir da compreensão da importância da avaliação institucional, dentro de uma visão formativa, sejam desenvolvidos novos

objetivos que vão além de notas e práticas que contribuam para potencializar as aprendizagens, aprimorando atitudes, interesses e novas competências.

Ao se pensar em avaliação, em vez de associá-la somente a ideia da nota, veremos que ela abrange variados níveis e que eles contribuem para a formação de escolas comprometidas com o trabalho que realizam, e conscientes do seu papel na sociedade.

## **1.2 - Níveis de Avaliação**

Considerando as diferentes funções avaliativas e, de acordo com as especificidades de cada instituição, vemos que a avaliação não se restringe somente à exercida em sala, compreendendo outros níveis, que devem ser articulados entre si. A respeito dos níveis avaliativos no contexto educacional, Freitas, Sordi e Malavasi (2009) destacam a existência de três níveis integrados: a avaliação de aprendizagem; a avaliação em larga escala e a avaliação institucional. A interação entre eles torna possível o desenvolvimento de um conjunto amplo de informações e ações que poderão resultar na melhora da qualidade de ensino.

Dessa forma, parece válido nos determos um pouco na avaliação institucional, justamente, por se tratar de um nível que favorece o autoconhecimento e a dimensão das necessidades presentes na escola. Por seu intermédio, são evidenciados elementos que retratam a percepção que o coletivo tem da instituição. Assim, por meio dos resultados apresentados, decisões poderão ser tomadas, objetivando ações que incidirão diretamente no trabalho realizado em sala, pelo professor, e na proficiência em avaliações promovidas pelo Estado.

Partindo dessa lógica, é razoável concluir que nenhum nível avaliativo subsiste isoladamente e que seus resultados devem servir para nortear as discussões e reflexões no interior da escola, objetivando o olhar crítico sobre todo o percurso para delimitarem-se possíveis ajustes, revisões e outros encaminhamentos. Assim, torna-se relevante o conhecimento e análise desses níveis, evitando assim conclusões descabidas.

Para aprofundar a reflexão, veremos cada um desses níveis de avaliação da qualidade de ensino: avaliação de aprendizagem, avaliação em larga escala e avaliação institucional.

### 1.2.1 - Avaliação de Aprendizagem

Corresponde à práticas avaliativas que ocorrem em sala de aula, objetivando o acompanhamento escolar contínuo do aluno por meio de diferentes instrumentos, tais como, provas, questionários, portfólios entre outros. Cabe ao professor o planejamento de estratégias e a responsabilidade de garantir a oportunidade de aprendizagem a todos os alunos.

No que diz respeito aos critérios e instrumentos adotados, é importante que não sejam estanques e uniformes, para evitar o risco de se promover uma avaliação que, ao invés de contribuir para as aprendizagens, favoreça somente as práticas excludentes. Daí a necessidade de variar as estratégias e instrumentos para provocar sempre um interesse renovado e novas perspectivas de avaliação, tendo em vista que a avaliação é inclusiva e auxilia o aluno a dar um passo à frente. A este respeito Luckesi (2006, p.19) explica que:

A avaliação é constituída de instrumentos diagnósticos, que levam a uma intervenção visando à melhoria da aprendizagem. Se ela for obtida, o estudante será sempre aprovado, por ter adquirido os conhecimentos e habilidades necessários. É um ato dialógico que implica necessariamente numa negociação entre professor e o estudante.

Outro fator que merece atenção é o cuidado durante a elaboração de determinado instrumento, pois o mesmo deverá estar de acordo com o que foi trabalhado durante as aulas, para se evitar equívocos que poderão prejudicar o aluno. Para Luckesi (2006), “o fato de o professor ensinar uma coisa e cobrar outra do aluno é um agravante que contribui para aumentar os índices de reprovação no país”.

Por conseguinte, a identificação e conhecimento que se tem das necessidades de cada aluno, levando-se em conta a “bagagem” que cada um possui e suas diferenças cognitivas, é essencial, possibilitando planejamento mais adequado e intervenção efetiva e favorável dos aspectos apresentados, bem como a disponibilização de instrumentos mais apropriados.

Essa tomada de consciência também requer o reconhecimento de que a participação do aluno nesse processo é fundamental, pois contribui para que ele interaja com os mecanismos de avaliação, fornecendo dados precisos para se



delimitar os objetivos de intervenção e a análise dos resultados obtidos, além de possibilitar que ele desenvolva a sua autonomia intelectual.

Ainda em se tratando da participação do aluno no processo avaliativo, Villas Boas (2009, p.40) comenta que:

A avaliação da qualidade do trabalho ou do desempenho do aluno requer que o professor possua concepção de qualidade apropriada à tarefa e seja capaz de julgar de acordo com essa concepção. O aluno, por sua vez, precisa ter concepção de qualidade similar à do professor, ser capaz de monitorar continuamente a qualidade do que está sendo produzido durante o próprio ato de produção e ter repertório de encaminhamento ou estratégias as quais possa recorrer. Isso significa que ele tem que ser capaz de julgar a qualidade da sua produção e de regular o que está fazendo enquanto o faz.

No entanto, não é correto afirmar que essa é uma prática comum nas escolas, pois é visível que muitos alunos ainda permanecem à margem deste contexto, comprometendo todo o processo avaliativo. Basta que analisemos as práticas para observar que esse ainda é um desafio a ser vencido.

Por essas e outras razões se torna necessário que a escola repense suas práticas avaliativas, articulando ações que favoreçam a participação de todos.

### **1.2.2 - Avaliação em Larga Escala**

O Estado, por meio de sua avaliação, pode favorecer o aprimoramento das políticas públicas educacionais, além de monitorar o desempenho das escolas brasileiras. Nessa perspectiva, o SAEB, a Prova Brasil, a Provinha Brasil e o ENEM são denominados avaliações em larga escala. Seus resultados tornam possível o planejamento de ações e definição de metas, visando à melhor qualidade do ensino em âmbito nacional, estadual e municipal.

Apesar de ser um processo externo, este tipo de avaliação também serve de apoio para que a escola, de posse de seus resultados, reflita sobre sua prática e promova as mudanças necessárias.

Aqui se destaca o papel do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – (IDEB) que, de acordo com o MEC, é o indicador da qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. Formulado a partir da taxa de rendimento escolar e do desempenho do aluno (proficiência), apresenta resultados de fácil compreensão que, ao serem divulgados, facilitam o acesso a toda comunidade. Com isso, criam-

se condições de não só acompanhar, como cobrar, tanto da escola como do governo, ações que favoreçam a qualidade educacional para os sistemas.

Por outro lado, é essencial frisar que os resultados obtidos por cada instituição de ensino, bem como a sua divulgação, não devam ser usados exclusivamente para promover o ranqueamento das escolas, uma vez que se criam disputas, que em nada contribuem para a transformação das práticas educativas e, conseqüentemente, para a melhora da aprendizagem. Complementando o que foi dito Scachett coloca que:

A maneira como vem sendo divulgado e debatido, o IDEB não tem contribuído diretamente para a melhoria da Educação. Tem-se um retrato, mas não se avança quanto poderia. Isso não significa que ele é dispensável. É, sim, um instrumento importante e, como tal, deve ser sempre avaliado e ajustado para que sua análise permita intervir e melhorar a qualidade do ensino, em vez de apenas gerar classificações. (SCACHETTI, 2012, p.28)

Dessa forma, é importante que os resultados produzidos pelas avaliações externas ou de larga escala sejam debatidos dentro da escola em todas as suas instâncias, para melhor aproveitamento desses dados a favor das aprendizagens. Por meio destes, venha favorecer práticas coerentes de avaliação e não somente situações contraditórias que afetam e desvirtuam a organização do trabalho pedagógico, conforme enuncia Lima (2012).

### **1.2.3 - Avaliação Institucional**

Implantada no Distrito Federal em 2006, de acordo com a Resolução nº 1/2006 - CEDF, de 21 de março de 2006, a avaliação institucional fornece dados significativos acerca do trabalho realizado, visando ao autoconhecimento e à melhoria da qualidade social da educação, segundo os preceitos da lei. Nas palavras de Souza (1995 p63):

A avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando o aprimoramento do trabalho escolar.

Nessa perspectiva, qualquer instituição que deseja se desenvolver e aprimorar necessita, primeiramente, conhecer os seus próprios atributos e deficiências para que possa reavaliar suas práticas e, se necessário, promover mudanças.

Para Gadotti<sup>1</sup>, a avaliação institucional tornou-se uma preocupação essencial para a melhoria dos serviços das escolas e universidades e para a conquista de maior autonomia.

Desta forma, a avaliação institucional compreende uma série de aspectos a serem avaliados e que oferecem subsídios para a reflexão e a reavaliação dos serviços prestados pela instituição.

É um procedimento que necessita da participação ativa de todos os segmentos envolvidos no processo educativo para garantir a sua legitimação. Vale aqui ressaltar que os resultados obtidos por seu intermédio poderão fornecer dados importantes, bem como nortear as ações pedagógicas, contribuindo para motivar a instituição na construção de sua identidade. Nessa vertente, segundo Freitas *et. Al.*(2012):

Pensar em avaliação institucional implica repensar o significado da participação dos diferentes atores na vida e no destino das escolas. Implica recuperar a dimensão coletiva do projeto político pedagógico e, responsabilmente, refletir sobre suas potencialidades, vulnerabilidades e repercussões em nível de sala de aula, junto aos estudantes. (SORDI; FREITAS E MALAVASI, 2012, p.35).

Por outro lado, ainda enfrentamos o desafio de transformar seus resultados em instrumentos significativos à realidade escolar, pois, embora tenhamos a ciência de sua contribuição, em muitos casos, observa-se que ela não se concretizou da forma como foi concebida. E não é de se espantar que ainda exista a possibilidade de ela nem sequer tenha sido desenvolvida. Fato este que serve de alerta para a necessidade de se redefinir as estratégias de mobilização e envolvimento da comunidade escolar, com vistas a redirecionar as práticas educativas e a se reavaliar o trabalho realizado, pois atualmente não cabe uma escola fechada sob seus muros, ainda porque novos tempos exigem maior participação para que “se dê conta” de toda demanda exigida no processo de educação integral.

---

1.Disponível em: [http://www.drb-assessoria.com.br/Avali\\_Institucional.pdf](http://www.drb-assessoria.com.br/Avali_Institucional.pdf).> Acesso em 29/05/2013.

De acordo com Souza (1999), “resultados obtidos por meio de uma avaliação em que o alvo seja somente o aluno, acabam sendo equivocados e não sendo considerados como expressão do próprio sucesso ou fracasso da escola”.

Possivelmente, este quadro possa ser alterado à medida que tenhamos a compreensão de sua importância no contexto escolar, principalmente, no que se refere à organização do trabalho pedagógico. Ao planejarmos as ações, tendo como base os dados obtidos pela instituição como um todo, maiores serão as chances de elaborarmos estratégias mais eficazes e abrangentes, até mesmo de adotarmos uma prática mais significativa que favoreça a aprendizagem. Nessa direção, Gatti (2006, v. 17, n. 34) afirma que.

Os processos de avaliação participativa constituem-se em aprendizagem social, e, por isso, agrega valor às instituições, aos seus trabalhos, programas ou projetos. Nesse modelo se reconhece a existência de um pluralismo de valores e de interesses, instaurando-se um diálogo de troca, de informações, concepções, interpretações e reações.

Diante do aqui exposto, vemos que a avaliação institucional, tem por escopo repensar a instituição, objetivando a melhoria da qualidade dos serviços prestados e o fortalecimento do seu compromisso social, conforme nos coloca Gadotti. Portanto, cabe à escola desprender-se de práticas avaliativas que não possibilitam o desenvolvimento da aprendizagem, para uma visão de avaliação que torne possível a permanente transformação, traduzindo assim, os anseios e perspectivas de todo os seus segmentos.

## **CAPÍTULO 2 - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**

### **2.1 - O Trabalho Pedagógico**

O trabalho é, sobretudo, uma atividade voltada para a formação do ser, de modo que todos possam desenvolver, em maior ou menor grau, competências que lhe permitam interagir com o seu meio e, se possível ou necessário, transformá-lo.

No viés da pedagogia, o trabalho corresponde à realização do planejamento, e ações elaboradas por toda a escola, com vistas a garantir mais eficiência aos processos de aprendizagem. Para Villas Boas (2010, p.183) a expressão “trabalho pedagógico” refere-se ao trabalho concebido, executado e avaliado por professores e alunos. Trata-se, portanto, do desenvolvimento em parceria e não de um processo de ensino-aprendizagem em que somente o professor ensina e apenas o aluno aprende.

Por isso, a sua organização e acompanhamento são fundamentais para que a escola se torne um espaço propício para o desenvolvimento de aprendizagens e de valores indispensáveis ao ser humano. Nessa direção, Villas Boas e Soares afirmam que:

A escola é, pois, o local de trabalho do professor e do aluno é o espaço onde se organizam e desenvolvem as atividades de aprendizagem e que possibilita a criação, pelo aluno, do sentimento de pertencer ao grupo e de ser proprietário daquilo que constrói. (VILLAS BOAS E SOARES, Módulo I, p. 25).

Sendo tarefa primordial fazer com que o trabalho pedagógico não se torne apenas um mero processo de execução, no qual não ocorra nenhuma discussão acerca de sua motivação dentro da escola.

Se anteriormente era voltado apenas para a reprodução dos interesses capitalistas do Estado, visando ao mercado de trabalho, hoje, mais do que nunca, é importante que esteja integrado a práticas que combatam a alienação e submissão, contribuindo para a construção da identidade e autonomia escolar.

Evidentemente que ao considerarmos a realidade escolar, veremos a necessidade de superar uma série de obstáculos, de modo a atender esses objetivos; sendo o principal as condições de trabalho do professor, que acabam interferindo diretamente em sua produtividade. Fatores como os baixos salários, falta

de recursos das escolas, formação deficitária e ocorrência de novas dificuldades encontradas em sala de aula, tem contribuído para a desqualificação profissional e práticas desmotivadas. Fato esse que acaba levando o professor a isolar-se, comprometendo a possibilidade de potencialização do trabalho pedagógico. Portanto, é primordial que a escola fortaleça-se, desenvolvendo uma prática educativa coerente, possibilitando, assim, a realização do trabalho coletivo que favoreça o envolvimento de toda a equipe, por meio de princípios e metas, com intuito de concretizar as ações que colaborarão com o processo de ensino e aprendizagem.

Nesse quadro, destacam-se como norteadores do trabalho pedagógico os pressupostos estabelecidos no Projeto da Escola. Por se tratar de uma construção do coletivo o Projeto Político e Pedagógico favorece a organização do trabalho pedagógico em sua totalidade, apresentando propósitos que servirão como base do processo educativo, além de possibilitar a reflexão sobre a práxis.

Segundo Veiga (2007, p.13):

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Traduzindo essa colocação em exemplo, o projeto político pedagógico é hoje o caminho mais eficaz para se transformar as práticas enraizadas da escola, justamente, por possibilitar a ação compartilhada entre escola e comunidade, contribuindo de forma efetiva na reflexão e atuação sobre a realidade. Assim, ao ser construído, torna-se necessário levar em conta que ações elaboradas devem ser discutidas pelos seus diferentes atores, traduzindo seus anseios, de forma a promover, no ambiente escolar, um espaço mais democrático.

Cabe destacar que, outra peça importante na organização do trabalho pedagógico é o currículo, pois implica o envolvimento dos sujeitos no acesso a diferentes referenciais de leitura de mundo. Nas palavras de Veiga,

O currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a

transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Nesse sentido, o currículo refere-se à organização do conhecimento escolar. (2007, p. 26-27)

Percebe-se, então, que o currículo é essencial na organização do trabalho pedagógico da escola, por representar, não somente o conteúdo a ser abordado, mas também a responsabilidade da escola em relação aos fatores de sucesso ou fracasso do processo de ensino, bem como a melhor organização do espaço e tempo escolar.

Daí a necessidade de concebê-lo na perspectiva de construto social, à medida que permite a flexibilidade do trabalho e o debate crítico de sua intencionalidade, tendo-se a clareza do agir, de acordo com as especificidades e tempo de aprendizagem de cada um. Ressalta-se que a organização do trabalho pedagógico é tarefa do coletivo e, portanto, é inevitável que todas as suas limitações e potencialidades sejam pensadas para não comprometer o seu desenvolvimento.

Ao se pensar em organização do trabalho pedagógico, é necessário considerar todos esses fatores para que possamos desenvolver, na escola, um trabalho significativo e que contribua efetivamente para a reavaliação das práticas educativas, bem como a elaboração de ações que possam intervir nos problemas existentes, buscando soluções para eles.

E, certamente, se a tarefa é potencializar o trabalho desenvolvido pela escola, precisamos admitir a necessidade explorar mais nossas fragilidades, pontuando-as e empenhando-nos em buscar esforços para mobilizar adequadamente o coletivo da escola, no intuito de promover as mudanças esperadas.

Nesse sentido, entendemos que a avaliação institucional é uma grande aliada nesta busca, produzindo informações pertinentes que apontam para as demandas e prioridades da escola, além de dar sustentação ao trabalho realizado em seu interior. Outrossim, é ela, avaliação institucional, a viabilizadora da prática reflexiva no contexto escolar, criando condições da participação efetiva dos diversos segmentos na organização curricular e na construção do Projeto Político Pedagógico.

### 3- METODOLOGIA

Considerando a natureza da pesquisa científica, na qual se buscou compreender melhor a relação entre o sujeito e o objeto, bem como suas especificidades, contribuindo para que se estabeleçam as devidas conexões entre as ideias e a realidade, é que apresento o estudo a seguir, tendo a certeza de que a partir deste, serão produzidos subsídios capazes de gerarem reflexão e, quem sabe, novas práticas pedagógicas que contribuam para melhoria ou transformação dentro do ambiente escolar.

Dessa forma, o objeto de estudo escolhido foi a avaliação institucional, justamente, por representar os anseios do coletivo escolar. Daí a importância de ser analisada em sua totalidade, com a intenção de se conhecer melhor esse processo avaliativo e o seu reflexo na escola, bem como fornecer elementos que poderão possibilitar análise reflexiva sobre o tema em questão.

Partindo dessa compreensão e também do apoio das leituras realizadas em torno da temática, optou-se pela abordagem qualitativa, opção esta que favoreceu a análise da situação estudada. Neste sentido, André faz a seguinte colocação:

As abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelo sujeito nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados. Se a visão da realidade é construída pelos sujeitos, nas interações sociais vivenciadas em seu ambiente de trabalho, de lazer, na família, torna-se fundamental uma aproximação do pesquisador a essas situações. (ANDRÉ, 2005, p.67)

Para melhor organização do trabalho a instituição foi comunicada, previamente sobre a pesquisa, possibilitando a administração do tempo, aqui compreendido em dois momentos: ao término do ano letivo de 2012 e o primeiro bimestre de 2013. A pesquisa contou com a participação dos docentes, coordenadora e equipe gestora, por considerar que a atuação dos mesmos pudesse fornecer dados importantes sobre a maneira como a avaliação institucional é desenvolvida na escola, bem como o preparo dos educadores para lidar com os seus resultados.



O trabalho incluiu uma pesquisa de campo para revelar a realidade local e favorecer uma discussão qualitativa de seus resultados, baseada na análise de todas as etapas do processo. Partindo da premissa de que é imprescindível, em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa, conhecer a opinião dos envolvidos, além de considerar o tempo e a natureza desta, assim como o propósito de garantir maior eficácia ao trabalho, optou-se pela utilização do questionário para coleta de dados, visando levantar informações pertinentes ao estudo e o acompanhamento lógico dos dados obtidos e também por dar aos participantes maior liberdade de respondê-lo com tranquilidade. Hoje em decorrência das demandas existentes na escola o uso deste instrumento específico da pesquisa, poderá atender melhor a disponibilidade do professor.

Após a definição do instrumento de pesquisa houve uma pré-testagem, na qual foram esclarecidas todas as dúvidas apresentadas e se verificou a necessidade de ajustes, bem como o acréscimo de questões, para que pudesse atender melhor aos objetivos da pesquisa. Em fevereiro de 2013, aplicou-se o instrumento e foi estabelecido um prazo para a sua devolução, no entanto, os participantes optaram por responder e entregar no mesmo dia.

Sobre essa questão, Moroz e Gianfaldoni (2006, p.80) alertam:

Uma vez elaborado o instrumento de pesquisa a ser usado na coleta de dados é aconselhável testá-lo antes de sua utilização definitiva. Passar por um momento de teste, aplicando o instrumento em situações similares e realizando a análise dos dados coletados, pode sugerir reformulações e complementações.

Cabe esclarecer que o questionário foi elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa, sendo composto por 6 questões subjetivas e 5 objetivas, totalizando onze perguntas, que foram respondidas por escrito sem ter tido qualquer influência da pesquisadora. Em sua construção, consideraram-se todas as experiências vivenciadas no espaço escolar. Sendo, inicialmente, aplicado em novembro de 2012.

Esta atividade envolveu: 16 professoras, das quais somente 12 participaram efetivamente da pesquisa, os 2 membros da equipe gestora (diretora e vice-diretora) e um membro da coordenação pedagógica, efetivando um total de 15 participantes. Destaca-se, que cinco professoras demonstraram interesse em conhecer os resultados da pesquisa, o que poderá contribuir para possível reflexão/ ação do grupo.

Nessa perspectiva, segue o perfil dos interlocutores:

### QUADRO 1 - Perfil dos participantes

ATORES	Nº DE PARTICIPANTES	SEXO		TEMPO DE SERVIÇO NA INSTITUIÇÃO			EFETIVO	CONTRATO
		F	M	MENOS DE 1 ANO	1 ANO	MAIS DE 5 ANOS		
PROFESSOR	12	12	-	4	4	4	6	6
DIREÇÃO	2	2	-			2	2	-
COORD.	1	1	-	1			1	-
<b>TOTAL</b>	15	100%		26%	34%	40%	60%	40%

Tais percentuais sinalizaram que 100% dos participantes são do sexo feminino o que reafirma a tendência histórica, a qual aponta a predominância de mulheres na função docente nos anos iniciais do ensino fundamental. Outro ponto de destaque é o fato de a maioria estar há pouco tempo na escola e que algumas pessoas somente permaneceram durante um período (de acordo com a vigência de seu contrato), reforçando, assim, a importância da escola promover a sua avaliação institucional para que haja a continuidade de suas ações de um ano para o outro.

### Documentos

Embora o questionário tenha fornecido informações importantes para a pesquisa, houve também a necessidade de verificar os registros que a Instituição possui sobre sua avaliação institucional (Projeto Político Pedagógico; desempenho da escola na Prova Brasil, gráficos, tabelas, questionários), enriquecendo, assim, a construção do trabalho. Dessa forma, foram analisados os gráficos que constam nos registros da escola, referentes: aos segmentos que participarão da avaliação institucional promovida pela IE em 2012 (G4); à percepção dos pais sobre o trabalho pedagógico desenvolvido em sala (G6); à percepção dos pais sobre o conhecimento do PPP da escola (G7); verificou-se, também, o resultado obtido pela instituição no Ideb (G9).

## 4.- RESULTADOS DA PESQUISA

### 4.1 Conhecendo a Escola

A Escola selecionada é inclusiva<sup>2</sup> e atende aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental composto de 9 anos (1º ao 5º ano). Foi construída em 1967 e atualmente possui um quadro de 37 servidores. Atende, aproximadamente, 315 alunos, distribuídos nos turnos matutino e vespertino. Até 2006, era integradora, a partir de 2007, passou a ter, no seu quadro, alunos portadores de necessidades educacionais especiais, atendendo crianças com Síndrome de Down, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Deficiência Física (DF).

Seu quadro de pessoal, professores regentes e dirigentes possui capacitação específica de nível superior e de pós-graduação. Quanto aos pais, boa parte não se identifica com a comunidade onde a escola está inserida e nem com a própria instituição, já que suas raízes e identidades são voltadas para as cidades onde moram. A escola é procurada por uma “crença” que o seu fazer pedagógico é melhor do que o ensino ministrado nas escolas próximas de suas residências. A distância entre moradia e escola tem dificultado a participação mais ativa de uma parcela da comunidade escolar. Os que participam, colaboram com projetos e atendem aos chamados sempre que solicitados.

Sua proposta político-pedagógica foi construída de forma democrática, com a participação de toda a comunidade escolar, visando solidificar a função social e desenvolver as quatro aprendizagens fundamentais: aprender a aprender; aprender a fazer; aprender a ser e aprender a conviver. Nesse processo, foram feitas diversas discussões e definidas as metas a serem alcançadas.

Desde sua fundação, elabora e desenvolve projetos em diferentes áreas. Os alunos também são atendidos por uma Escola Parque<sup>3</sup>, no mesmo turno em dia definido, ocorrendo a complementação do currículo desenvolvido na Escola, por meio dos componentes curriculares de Educação Artística (Artes Plásticas e Visuais, Artes Cênicas e Educação Musical) e de Educação Física (Recreação e Jogos).

<sup>2</sup>Escola Inclusiva é, aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, reconhecendo e respeitando a diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades. Uma escola somente poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação. (Educação inclusiva: v. 3: a escola / Coordenação geral SEESP/MEC 2004 p.7)

<sup>3</sup>Escola Parque é uma instituição que integra a estrutura da SEEDF, destinadas a oferecer atividades intercomplementares ao currículo desenvolvidos em escolas classes e centros de ensino fundamental. São vinculadas à CRE Plano Piloto e Cruzeiro. (Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública do Distrito Federal, 5ª Ed. – Brasília 2009. p 87)

## 4.2 Examinando os Dados

Como dito anteriormente, a avaliação institucional é um processo importante dentro das escolas, devendo ser empregado adequadamente, de modo a garantir o seu sucesso, aqui, compreendido na avaliação do trabalho desenvolvido, acarretando assim a melhora da qualidade de ensino.

Neste sentido, foi fundamental verificar se os participantes já haviam participado da avaliação institucional promovida na IE e, principalmente, se consideravam importante essa prática na escola, independente dos resultados obtidos, favoráveis ou não. De modo geral, é necessário que ocorra este amadurecimento para que se possa consolidar essa prática avaliativa dentro do espaço escolar.

Para Farias (2006, p.48):

A mudança é uma ação solidária, construída na interação, nas trocas cotidianas e coletivas que acontecem no interior da escola, a partir das condições concretas encontradas por seus profissionais.

A partir dessa perspectiva, ao serem indagados sobre sua participação e percepção da importância de a escola promover a sua Avaliação Institucional, 100% dos participantes responderam que já haviam participado dessa avaliação e que são favoráveis, conforme mostram os gráficos 1 e 2.



Observa-se que a participação do professor é importante para a efetivação deste nível avaliativo, servindo para que ele reflita sobre sua prática. Destaca-se ainda a aceitação demonstrada pelo grupo, como sendo um ponto positivo para que

se desenvolva dentro da escola uma cultura avaliativa, por meio da qual, não somente o aluno será alvo da avaliação, mas todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Nessa vertente, Freitas (2012, p.34) afirma que é preciso retirar o professor de seu “narcisismo reflexivo” e reinseri-lo no coletivo escolar, este último com legitimidade para discutir o desempenho daquele em uma perspectiva construtivista.

No entanto, embora os participantes compreendam a importância dessa prática nas escolas (ver quadro 5), é possível verificar que considerando a realidade escolar, nota-se, muitas vezes, que os professores resistem se submeterem a instrumentos avaliativos, visto que, em primeiro plano, os resultados acabam por expor o trabalho docente. Sem contar que a demanda e a forma verticalizada, como as ações, ocorrem na escola, torna-os menos atrativos aos olhos de quem participa desse processo. Mesmo sabendo que a escola não deve opor-se à avaliação de seu trabalho, devendo prestar contas daquilo que fazem em área tão importante para a sociedade, conforme defende Freitas (2012).

Sendo assim, acredita-se que o ideal para a inserção de qualquer prática, avaliativa ou não, no ambiente escolar, remete à necessidade de se conhecer a opinião do grupo sobre a questão, procurando entendê-la para, a partir daí, debater e criar estratégias que possam esclarecer e motivar os participantes, minando as resistências.

Desta forma, quando os professores se posicionam positivamente em relação à prática da avaliação institucional, sua implementação torna-se muito mais fácil, demonstrando a compreensão de que sua realização só tem a contribuir com o desenvolvimento reflexivo da escola.

Para corroborar com essa afirmação, seguem as colocações de Sousa (1999, p.6):

A perspectiva de avaliação aqui explorada não é algo que se viabiliza a curto prazo e sem embates e impasses, pois supõe uma mudança da lógica que orienta de modo dominante a organização e a dinâmica das escolas e dos sistemas de ensino como um todo. No entanto, penso que vale a pena enfrentarmos o desafio de construir um processo avaliativo capaz de contribuir para tornar realidade uma educação democrática.

Outro aspecto apontado por 34% dos participantes foi que a avaliação institucional serve como retorno do trabalho desenvolvido (ver quadro 7)

favorecendo a retomada das ações e a elaboração de estratégias que podem possibilitar e contribuir concretamente para maior eficácia das metas estabelecidas. Fato este que confirma a integração entre avaliação e trabalho pedagógico, servindo de referencial às mudanças que se fizerem necessárias.

Tendo em vista tudo o que já foi dito neste trabalho sobre a avaliação institucional, observa-se que ela tem o potencial de nortear as ações da escola, principalmente por refletir o trabalho realizado (ver quadro 6), revelando que os participantes creditam a este instrumento o poder de resignificação da prática escolar, pressupondo que ela possibilite a ação-reflexão-ação. Trata-se, pois, de um novo olhar dentro da escola, repleto de significados e sem estar dissociado de sua realidade.

Por outro lado, uma minoria, que não pode ser desprezada, diverge, sinalizando que a não participação efetiva da família, coloca em cheque esta credibilidade, pois a dicotomia na relação família/escola compromete os seus resultados. Com base nessa colocação, surgiu a necessidade de verificar e compreender as estratégias adotadas pela escola, de modo a assegurar a participação de todos os segmentos no processo avaliativo, pois, como frisado, em todo o trabalho, essa é a peça chave para o compartilhamento de interesses e tomada de decisões, definindo os parâmetros a serem seguidos.

Em função disso, a equipe gestora foi questionada sobre como é procedida a avaliação na escola e a mesma apresentou o seguinte posicionamento:

**QUADRO 2 - A AVALIAÇÃO OCORRE POR MEIO DE QUESTIONÁRIOS**

A avaliação ocorre por meio de questionários que são disponibilizados a todos os segmentos, sendo estabelecido um prazo para o seu preenchimento. Os dados obtidos são tabulados para melhor visualização de seus resultados. A partir daí, é feita a devolutiva, na qual se realiza um trabalho de sensibilização e comprometimento, envolvendo todos os atores, na análise e levantamento de estratégias que poderão favorecer o aprimoramento do trabalho e as prováveis intervenções a serem realizadas.

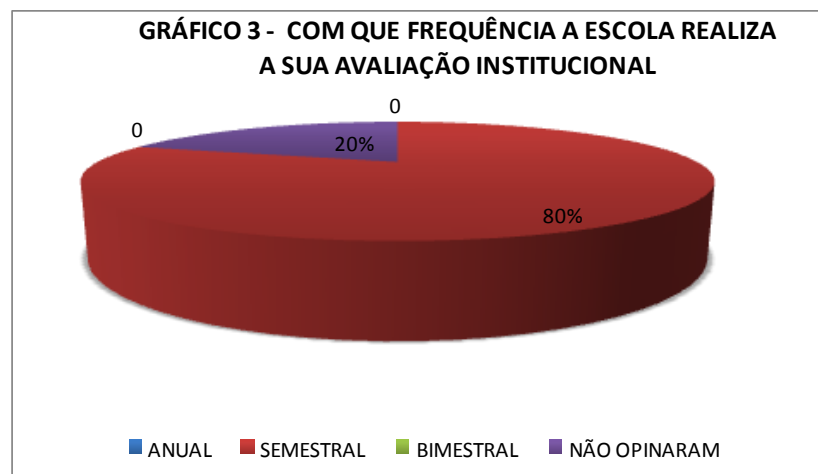
Como pode ser observado, podemos admitir que o instrumento (questionário) criado pela equipe gestora possibilita que um maior número de pessoas dos diferentes segmentos participe do processo, expressando sua opinião sobre os aspectos que a escola julgou ser necessário avaliar. Destaca-se que, segundo

informação da equipe gestora, os questionários são enviados às famílias por intermédio dos alunos, facilitando a participação destes.

No entanto, um problema a se considerar é a queixa dos professores sobre a participação dos pais dentro da escola, o que poderá invalidar os resultados obtidos, pois se a presença do pai não é percebida no ambiente escolar, como é possível que ele avalie com precisão e propriedade a realidade da escola?

Portanto, ao tornar público os seus resultados, a escola deve tentar garantir a presença de todos os atores, para que juntos possam definir as ações educativas que servirão como referencial para estágios futuros de reorganização e transformação, conforme as necessidades apontadas, do espaço escolar.

Em se tratando da frequência com que a escola realiza sua avaliação institucional, 80% dos participantes responderam que ela ocorre semestralmente. Os 20% restantes estão dentro da porcentagem de professores que atuam a menos de um ano na escola. Conforme gráfico 3.



De acordo com a equipe gestora, a avaliação institucional ocorre semestralmente em conformidade com o calendário escolar.

Sobre este assunto, Lima (2013) pontua:

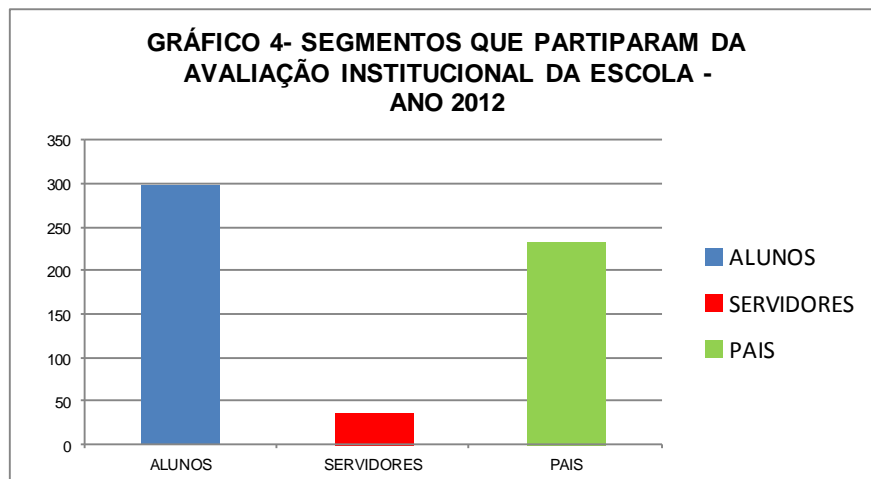
Desde o ano de 2008, foram incluídos no calendário das escolas públicas dois dias, um por semestre, para que as instituições realizem sua autoavaliação juntamente com a comunidade escolar. Ao longo desses anos, o nome dado ao evento sofreu modificações: em 2008 e 2009 era denominado de Dia da Avaliação Institucional; em 2010, com as mudanças ocorridas no comando da SEDF e do GDF, o termo foi modificado para Avaliação pedagógica/reunião com a comunidade escolar. A Circular n. 104-2013 orienta as escolas para que discutam os cadernos temáticos do Currículo em

Movimento, documento da rede em construção. As instituições podem, também, optar por debater as temáticas: Gestão Democrática, Projeto político-pedagógico da escola, Plano de Desenvolvimento da Escola Interativo e ou Avaliações de Rede.

Podemos inferir que a escola, ao seguir o calendário estipulado, cria oportunidade para que toda a comunidade envolvida no processo de ensino aprendizagem – de pais a alunos, passando por funcionários e professores – possa participar, em algum momento, dessa avaliação. No entanto, vale ressaltar que a quantidade de vezes em que ela ocorre não é o que representará o indicativo de qualidade desse instrumento e sim a clareza de seus objetivos e a participação de todos os seus segmentos.

Freitas (2012) enuncia que a "qualidade requer a adesão e o compromisso de todos os atores envolvidos com a produção da qualidade nas escolas, devendo exercer seus direito/dever de participar e refletir sobre os destinos da educação”.

Nessa perspectiva, o ponto importante em uma avaliação institucional remete à participação e envolvimento dos diferentes atores que compõem o universo escolar. Com base nessa compreensão, verifica-se que na avaliação institucional promovida pela escola houve a participação de seus diferentes segmentos validando esse processo. Conforme gráfico 4.



FONTE: Avaliação Institucional 2012 – Escola Classe SEEDF

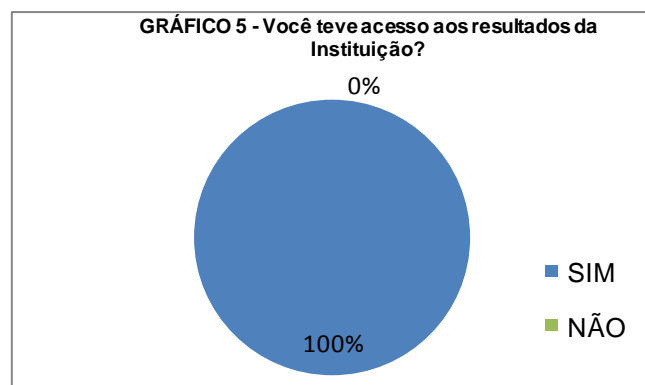
Fato este relevante se considerarmos que ao envolver toda a sua comunidade escolar, maior será o compromisso de todos em relação às tomadas de decisão dentro da escola, principalmente, na efetivação das ações interventivas. Ao se estreitar o vínculo família/escola certamente será favorecida a garantia de consolidação do Projeto Político Pedagógico da Instituição.



Segundo Freitas:

Para se erguer como um coletivo que faça com que as forças vivas do serviço público pensem sobre si, sobre ética de suas condutas, sobre responsabilidade na denúncia da falta de condições de trabalho e sobre a responsabilidade do bom uso das condições de trabalho quando elas são atendidas. É esta mesma comunidade que poderá pressionar o próprio poder público a investir nas condições de funcionamento da escola e em seus profissionais. (FREITAS, 2009, p.68)

É importante frisar que a participação destes segmentos não se limita somente ao fornecimento de dados que serão posteriormente tabulados pela escola, mas principalmente no que se refere ao conhecimento dos resultados obtidos possibilitando a reflexão e possíveis intervenções. Em relação a esta questão, 100% dos participantes disseram ter tido acesso aos resultados participando da devolutiva e elaboração de estratégias/ações, buscando sanar as deficiências detectadas.



O acesso aos resultados, ainda que não favoráveis, faz-se necessário justamente para que a escola, de posse destes dados, possa construir coletivamente ações que favorecerão o trabalho realizado na Instituição.

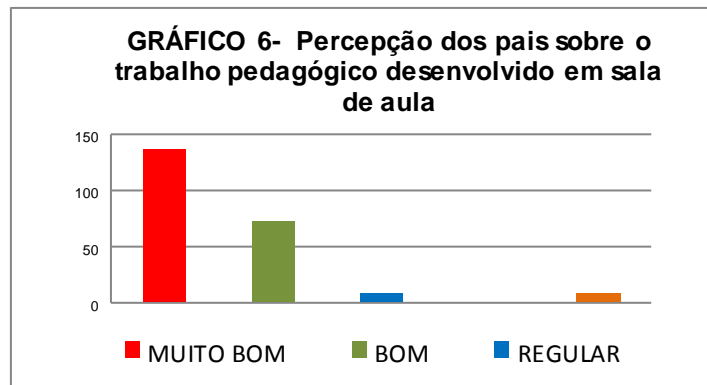
O levantamento das necessidades e expectativas promovidos pela avaliação institucional possibilita o autoconhecimento e a mudança do olhar do professor, em relação ao aluno, tornando o espaço escolar um local de constante interação. Podendo ocorrer a sucessão sistemática de mudanças na elaboração e reelaboração contínua das ações pedagógicas, tornando-as tanto ou mais eficientes.

Sobre esta questão Vianna explica que:

A avaliação pode prestar grandes serviços à sociedade especialmente em relação a elementos fundamentais: a escola, seu currículo, seus programas, seus professores e, acima de tudo, seus

alunos. A sociedade começa a descobrir a avaliação, e sentir os efeitos de sua atuação e a perceber que para se autoconhecer necessita estabelecer um estreito relacionamento com a avaliação, inclusive para não sucumbir. (2005, p.56) Outro ponto importante foi que, ao direcionarmos a atenção para a visão dos pais sobre o trabalho pedagógico desenvolvido em sala e o conhecimento da Proposta Político Pedagógica da Instituição, dados estes que constam nos documentos que a escola possui sobre sua avaliação, foi possível verificar que a maioria dos pais aprova o trabalho do professor.

Sem dúvida, uma injeção de ânimo, em meio a tantas incertezas, e o indicativo de que o caminho trilhado tem surtido frutos. Porém não podemos desconsiderar a resposta da minoria, que está compreendida entre os que consideram regulares e os que não souberam responder, como um fator importante para a não permanência na zona de conforto e a busca constante de novas estratégias que possibilitarão aprimorar suas ações pedagógicas. O gráfico 6 exemplifica esta questão.



FONTE: Avaliação Institucional 2012 – Escola Classe SEEDF

**QUADRO 3 – Percepção dos pais sobre o trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula**

SERVIÇOS PEDAGÓGICOS		
PERCEPÇÃO DOS PAIS SOBRE O TRABALHO PEDAGÓGICO DESENVOLVIDO EM SALA DE AULA		%
MUITO BOM	137	60%
BOM	73	33%
REGULAR	7	3%
NÃO EXISTE	0	0%
NÃO SEI	8	4%
<b>TOTAL</b>	<b>225</b>	<b>100%</b>

FONTE: Avaliação Institucional 2012 – Escola Classe SEEDF

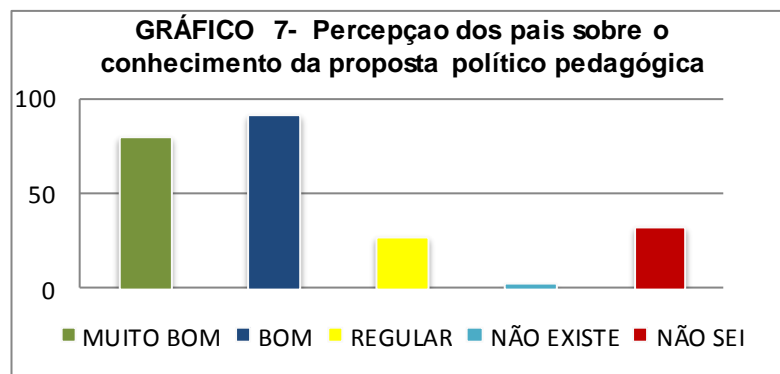
Em relação à Proposta Pedagógica, verifica-se que 86% dos pais demonstram ter conhecimento da Proposta Pedagógica da Instituição, sendo que destes, 75% julgam-na boa. De acordo com Vasconcelos (1956, p. 63), a abertura da escola à comunidade significa estratégia de suma importância, no que se refere à vitalização do trabalho desenvolvido pela instituição, pois favorece a evolução gradual por meio de estudo e da construção do conhecimento em equipe. Para tanto, torna-se necessário ter o olhar atento para a realidade e as metas, bem como a consciência de que a legitimação desse projeto só poderia ocorrer diante da participação de toda a comunidade escolar e de uma prática democrática.

Freitas *et al.* (2012) cita que a avaliação institucional carrega, em si, a potência de nos fazer lembrar do compromisso pessoal com o projeto coletivo emitindo importantes indicadores de nossos esforços e nossa presença no projeto da escola.

**QUADRO 4 – Percepção dos pais sobre o conhecimento da Proposta Político Pedagógica**

SERVIÇOS PEDAGÓGICOS		%
PERCEPÇÃO DOS PAIS SOBRE O CONHECIMENTO DA PROPOSTA POLÍTICO PEDAGÓGICA		
MUITO BOM	80	35%
BOM	92	40%
REGULAR	27	11%
NÃO EXISTE	2	1%
NÃO SEI	32	13%
TOTAL	233	100%

FONTE: Avaliação Institucional 2012 – Escola Classe - SEEDF



FONTE: Avaliação Institucional 2012 – Escola Classe - SEEDF

Em referência ao questionamento sobre a percepção de que a avaliação institucional tem contribuição positivamente para o desempenho da avaliação de aprendizagem em sala e, conseqüentemente, no desempenho da escola nas Avaliações em Larga Escala (Prova Brasil e Provinha Brasil) obteve-se o gráfico 8:



É perceptível que a maioria dos participantes concorda que a avaliação institucional articula-se com os demais níveis avaliativos, dentro da escola. Assim, por intermédio deste instrumento, passa-se a ter condições de redesenhar suas práticas, detectando suas fragilidades e, a partir deste conhecimento, buscar estratégias coerentes que possibilitem traçar cenários que subsidiem as inovações potencializadoras de todo o trabalho pedagógico da instituição.

Para Gadotti<sup>4</sup> a avaliação de aprendizagem não pode ser separada de uma necessária avaliação institucional, mesmo que elas sejam de natureza diferente, sendo distintas e inseparáveis.

Como exemplo, é citada a experiência da escola que, a partir de sua Avaliação Institucional, passou a dialogar com seu coletivo, ouvindo os seus anseios, quando então procurou novas formas de conceber o ensino, adotando uma nova postura em relação as suas práticas avaliativas. Isso refletiu, inclusive, em seus resultados nas avaliações externas. Como pode-se comprovar no gráfico 9



FONTE: Ideb 2011 – INEP. Portalideb.com. br

<sup>4</sup> Disponível em: [http://www.drb-assessoria.com.br/Avali\\_Institucional.pdf](http://www.drb-assessoria.com.br/Avali_Institucional.pdf).> acesso em 29/05/2013.

Enfim, foi solicitado aos participantes que sugerissem ações para melhorar os pontos que por meio da avaliação institucional, foram detectados, como sendo fragilidade da escola:

Pa1- “Realizar mais atividades para os pais participarem”.

Pa2- “Não sei, pois o trabalho desta Instituição é muito bom e a princípio não consigo opinar sobre a melhora no trabalho”.

Pa3- “Coordenação coletiva (estudo/pesquisa)”.

Pa4- “Ter mais reuniões pedagógicas com os pais de alunos”.

Pa5- “Trabalho mais efetivo, acompanhamento mais sistemático, disponibilidade ou maior utilização de recursos materiais, avaliação formativa”.

Pa6- “Na nossa escola, a matemática necessita ser aprimorada, por isso, sugiro o uso de materiais concretos, desde o 1º Ano, ludicidade, problemas matemáticos nos quais estejam presentes questões melhor elaboradas”.

Pa7- “Oficinas na escola para os pais”.

Pa8 – “É importante a reflexão e a participação de todos neste sentido. A busca de soluções deve acontecer a partir do consenso e envolvimento de toda a comunidade”.

Pa9 – “Sugiro a ação coletiva, sensibilizar toda a comunidade escolar e, em conjunto, traçarmos estratégias que incidam nas deficiências apontadas”.

Pa10- “Mudança de linguagens”.

Pa11- “Cobrar mais responsabilidade e envolvimento das famílias”.

Pa12- “Exercícios coletivos; debates; oficinas de aprendizagem”.

Pa13- Três participantes responderam que “está bom do jeito que está não precisa mudar”.

A partir dessas informações, equipe gestora e coordenação pedagógica poderão definir objetivos comuns para conseguir desenvolver um trabalho contínuo e eficaz, no qual as eventuais fragilidades poderão ser sanadas.

Desse modo, durante toda a condução desta pesquisa, foi verificado que o papel do coletivo da escola é de fundamental importância para a integração de toda

a comunidade escolar no desenvolvimento do trabalho pedagógico da escola e em seu cotidiano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, ficou comprovado que a avaliação institucional, em parceria com o trabalho realizado, são grandes aliados da escola na identificação de suas insuficiências e potencialidades, uma vez que proporcionam ambiente reflexivo em que todos os seus segmentos tenham voz ativa na busca incessante por uma melhor qualidade de ensino.

É importante ressaltar a visão que os participantes demonstraram ter sobre este instrumento, sinalizando que esta é uma prática comum na escola, podendo servir para que não se perca a sua essência, que é a de conhecer para intervir diretamente sobre a realidade apresentada. De modo mais específico, a avaliação não deve ser vista apenas como um meio para apresentar culpados da ineficiência escolar, o que poderia acarretar prejuízo para o aluno, mas como fonte de referência para formulação e planejamento de atividades dentro da escola.

O desafio da escola está, portanto, na tentativa de elaborar ações efetivas que possibilitem o maior engajamento de todos os seus segmentos, em especial a família que, muitas vezes, em decorrência das demandas do mundo contemporâneo, deixa de participar efetivamente da vida escolar de seus filhos. Com isso, acaba delegando à escola e a outros um papel que é seu e, assim, tornam-se não ativos nessa caminhada. Dessa forma, aumenta a responsabilidade da equipe gestora e coordenação em criar condições concretas para diminuir a distância entre família/escola.

Segundo Freitas (2012, p.54)

o processo de comunicação entre a escola e sua comunidade escolar, considerando os resultados dos seus três níveis avaliativos e a sua integração com o seu projeto político pedagógico, servirá como indicador do olhar que escola tem sobre eles, sobre suas necessidades e compromissos.

A experiência de campo, também, revelou que os docentes estão vivenciando um processo reflexivo sobre a sua atuação na escola e que a Avaliação Institucional é o meio de orientação desse percurso na busca de uma prática inovadora, assegurando aprendizagens mais significativas. Assim, o resgate da função formativa da avaliação favorece e respeita o desenvolvimento contínuo do aluno, considerando o seu crescimento individual, suas necessidades e potencialidades.

Dessa forma, com base no alcance desse estudo, espera-se que, ao revelar a forma como a Avaliação Institucional tem contribuído positivamente na organização e dinâmica do trabalho, maior seja a sua aceitação e realização dentro das escolas que necessitam, urgentemente, sair do seu “ostracismo” e acreditar na sua capacidade de transformação repercutindo, então, em sua valorização e reconhecimento.



## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livros, 2005.

DISTRITO FEDERAL. Conselho de Educação do DF. **Resolução nº1 /2006**. Brasília: março, 2006.

DISTRITO FEDERAL. **Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública do Distrito Federal**: 2009, Brasília, DF. p 87.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes de Avaliação do Processo de Ensino e de Aprendizagem para a Educação Básica**. Brasília, 2008.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Brasília: Coordenação Geral SEESP/ MEC, v.3, 2004, p.7.

FARIAS Isabel Maria Sabino de. **Inovação, mudança e cultura docente**. Brasília: Líber Livros, 2006.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo Série Pesquisa**. Brasília: Líber Livros, 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de; SORDI, Mara Regina Lemes de; MALAVASI, Maria Marcia Sigris; FREITAS, Helena Costa Lopes de- **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. – (Coleção Fronteiras Educacionais).

GADOTTI, Moacir. **Avaliação Institucional necessidade e condições para a sua realização**. Disponível em: [http://www.drb-assessoria.com.br/Avali\\_Institucional.pdf](http://www.drb-assessoria.com.br/Avali_Institucional.pdf) .> acesso em 29/05/2013.

GATTI, Bernardete A. **Avaliação Institucional: processo descritivo, analítico ou reflexivo?** Estudos em Avaliação Educacional, v.17, nº 34, maio/agosto. 2006.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Pontos e Contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LIMA, Erisevelton Silva. **O diretor e as avaliações praticadas na escola**. Brasília: Kiron, 2012.

LIMA, Erisevelton Silva. **Avaliação Institucional na SEDF ou Avaliação Pedagógica – Reunião com a Comunidade Escolar**. Disponível em: <http://gepa-avaliacaoeducacional.com.br>.> Acesso em 07 de junho de. 2013

LUCKESI; Carlos Cipriano. **O Objetivo da avaliação é intervir para melhorar**. NOVA ESCOLA. São Paulo: Ed. Abril, n. 191, 2006. p.19.

MOROZ, Melania; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Líber Livros, 2ª edição, 2006.

NOVA ESCOLA. São Paulo: Ed. Abril, n. 256, 2012. P. 28.

SOUZA, S.Z. **Avaliação Institucional: elementos para discussão**. In: O Ensino Municipal e a Educação Brasileira, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. São Paulo. SME, 1999.

VASCONCELOS, Celso dos Santos, 1956. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político- pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. Libertad Editora, SP, 2007 – Subsídios Pedagógicos Libertad; 3.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto político pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: \_\_\_\_\_ (org). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 23. Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007. (Coleção magistério: formação e trabalho pedagógico) p. 11-35.

VIANA, Heraldo Marelim. **Fundamentos de um programa de Avaliação Educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Virando a escola do avesso por meio da avaliação**. Campinas, SP: Papyrus 2009. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Portfólio, Avaliação e Trabalho Pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2010. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas; SOARES, Sílvia Lúcia. **Pedagogia, Bases Pedagógicas do Trabalho Escolar**. 2009, Módulos I, IV.

**APÊNDICE**

**QUESTIONÁRIO**  
**(PROFESSORES, DIREÇÃO E COORDENADOR)**

Avaliação Institucional

Caro Participante,

Esse questionário faz parte de uma pesquisa de campo de uma monografia do curso de especialização em Coordenação Pedagógica, realizada pela Universidade de Brasília, que tem como objetivo a coleta de dados para um melhor desenvolvimento do trabalho. Sua participação é fundamental e contribuirá muito para a realização desta pesquisa. É necessário que você responda às perguntas com muita sinceridade e objetividade.

Desde já agradecemos a sua participação e garantimos que sua identidade será preservada nesta pesquisa.

1. Assinale a alternativa que indica o seu tempo de serviço na Instituição

- (     ) MAIS DE UM ANO.  
 (     ) UM ANO.  
 (     ) MAIS DE CINCO ANOS

2. Qual a sua situação na escola?

- (     ) efetivo  
 (     ) contrato

3. Em relação à avaliação institucional promovida por esta IE você:

- (     ) Já teve a oportunidade de participar.  
 (     ) Nunca participou.

4. Sabendo que o processo avaliativo é elemento indissociável do trabalho pedagógico na instituição, você considera importante que a escola promova a avaliação institucional?

- (     ) SIM  
 (     ) NÃO

5. Em caso positivo, por que você considera essencial essa prática nas escolas?

---



---



---



---



---

6. A avaliação institucional, segundo os preceitos da lei, é um instrumento deverá servir para nortear as ações da escola, principalmente, porque reflete o trabalho realizado. Considerando a sua participação na avaliação promovida por esta IE, você concorda com esta afirmação? Justifique a sua resposta.

---

---

---

7. Como se procede à avaliação na escola?

---

---

8. Qual o reflexo destes resultados na sua prática?

---

---

---

9. Você considera que a avaliação institucional promovida pela IE tem contribuído positivamente na avaliação que você realiza em sala e conseqüentemente nas avaliações externas (Prova Brasil e Provinha Brasil)?

(     ) SIM

(     ) NÃO

10. Como ocorre a divulgação dos resultados alcançados na sua comunidade escolar?

---

---

---

---

11. O que você sugere para melhorar os pontos em que a escola não obteve bom desempenho em sua Avaliação Institucional.

---

---

Obrigada por sua atenção e contribuição!

## QUADROS DA PESQUISA

**QUADRO 5** - Por que você considera essencial essa prática na escola?

MOTIVOS EXPLICITADOS	PARTICIPANTES	FREQUÊNCIA	%
Obter o retorno do trabalho desenvolvido.		5	34%
Detectar as falhas da Instituição.		3	20%
Indicar os novos rumos.		2	13%
Favorecer a reflexão.		2	13%
Verificar a visão de cada segmento escolar sobre os vários aspectos do trabalho desenvolvido e promover as mudanças necessárias.		3	20%
<b>TOTAL</b>		15	100%

**QUADRO 6** - Concorda que a avaliação institucional é um instrumento que deverá servir para nortear as ações da escola, principalmente, porque reflete o trabalho realizado?

MOTIVOS EXPLICITADOS	PARTICIPANTES	FREQUÊNCIA	%
Em parte, pois não conta com a participação efetiva da família.		1	7%
Sim, porque os seus dados favorecem um novo olhar pedagógico.		3	20%
Sim, pois reflete o trabalho da Instituição.		4	26%
Sim, a avaliação propicia a correção das falhas.		5	34%
Reflete, embora, não conte com a participação efetiva da comunidade escolar.		2	13%
<b>TOTAL</b>		15	100%

**QUADRO 7** - Qual o reflexo destes resultados na sua prática?

MOTIVOS EXPLICITADOS	PARTICIPANTES	FREQUÊNCIA	%
Reavaliação da prática e do modelo de avaliação empregada atualmente.		2	13%
Reflexão sobre as relações interpessoais e contato com a comunidade escolar.		5	34%
Reorganização e otimização das metodologias adotadas.		3	20%
Elaboração de estratégias mais adequadas.		2	13%
Rever o currículo desenvolvido, refletindo avanços e retrocessos do aluno. .		3	20%
<b>TOTAL</b>		15	100%

**ANEXOS**

**ANEXO A - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - RESULTADOS**






ANEXO B - MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL  
SEGMENTO-ALUNOS

**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2º SEMESTRE - 2012**

Nome: \_\_\_\_\_

Ano/Turma: \_\_\_\_\_

				NÃO SEI
1. Eu cuido do patrimônio da escola e trato todos com respeito?				
2. Eu sou atendido pela direção, orientadora ou coordenadora quando preciso?				
3. Minha sala é limpa?				
4. Eu conservo a minha sala limpa?				
5. O banheiro da escola é limpo?				
6. Eu conservo o banheiro limpo?				
7. Eu gosto do lanche da escola?				
8. Eu gosto da minha professora?				
9. Eu entendo o que minha professora ensina?				
10. Meus colegas se comportam em sala de aula e em atividades fora da escola?				
11. Eu me comporto em sala de aula e em atividades fora da escola?				
12. Eu faço os deveres de casa?				
13. Meus pais olham minha agenda?				
14. Meus pais acompanham meus deveres?				
15. Eu tenho horário para estudar em casa?				

**ANEXO C - MODELO DE FICHA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL - SEGMENTO-PAIS**  
**AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2º SEMESTRE - 2012**  
**ESCOLA CLASSE 305 SUL**

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO 1º SEMESTRE DE 2012

Contabilização dos dados apurados

Série: \_\_\_\_\_ Turma: \_\_\_\_\_

Quantidade de alunos: \_\_\_\_\_ Quantidade de avaliações entregues: \_\_\_\_\_

<b>I. VOCÊ É PRESENTE NA VIDA ESCOLAR DO ALUNO?</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>EM PARTE</b>
---	------------	------------	-----------------

<b>II. RELAÇÕES INTERNAS DA ESCOLA</b>	<b>MUITO BOM</b>	<b>BOM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>NÃO EXISTE</b>	<b>NÃO SEI</b>
➤ Família-professor					
➤ Família-direção					
➤ Família-agente de portaria					
➤ Família-orientadora					
➤ Família-servidores					
➤ Família-secretaria					

<b>III. QUALIDADE DA LIMPEZA DA ESCOLA</b>	<b>MUITO BOM</b>	<b>BOM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>NÃO EXISTE</b>	<b>NÃO SEI</b>
➤ Pátio					
➤ Salas de aula					
➤ Banheiros					
➤ Cantina					
➤ Área externa					

<b>IV. QUALIDADE DOS SERVIÇOS PEDAGÓGICOS</b>	<b>MUITO BOM</b>	<b>BOM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>NÃO EXISTE</b>	<b>NÃO SEI</b>
➤ Trabalho pedagógico desenvolvido pela professora em sala de aula.					
➤ Atividades pedagógicas realizadas no caderno.					
➤ Deveres enviados para o aluno fazer em casa.					
➤ Acolhimento dos alunos realizado pela direção na entrada.					
➤ Projetos desenvolvidos pela Escola.					
➤ Conhecimento da Proposta Político Pedagógico.					
➤ Conhecimento do Regimento Interno.					
➤ Conhecimento do currículo relativo ao ano que o aluno estuda.					

<b>V. PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA.</b>	<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>	<b>EM PARTE</b>
➤ Você participa das reuniões de pais?			
➤ Você participa das palestras e atividades socioculturais?			
➤ Você acompanha a agenda do aluno?			
➤ Você acompanha as tarefas de casa do aluno?			
➤ Você contribui com a APM?			
➤ Você cumpre o horário de chegada e saída do aluno?			
➤ Você conhece a professora do aluno?			

<b>VI. COMO SEU FILHO VEM PARA A ESCOLA?</b>	<b>COM A FAMÍLIA</b>	<b>DE TRANSPORTE ESCOLAR</b>	<b>OUTROS</b>



